



O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7568 | Salvador, quinta-feira, 08.11.2018

Presidente Augusto Vasconcelos



SISTEMA FINANCEIRO

Lucros dos gigantes



Enquanto o país está em crise, bancos deitam e rolam na economia. Lucros são exorbitantes

Os três maiores bancos privados do país - Bradesco, Itaú e Santander - lucraram nada menos do que R\$ 44 bilhões nos nove primeiros meses de 2018. Crescimento médio de 10,1% em 12 meses. Os números não deixam mentir. Nada abala os gigantes do sistema financeiro. É só bonança. Página 3

Bolsonaro quer enfraquecer IBGE

Página 2

Vitória contra resolução CGPAR

Página 4



Bolsonaro quer enfraquecer o IBGE também

Presidente eleito ataca metodologia de desemprego

ILANA PÉPE
imprensa@bancariosbahia.org.br

O PRESIDENTE eleito Jair Bolsonaro quer deslegitimar a taxa de desemprego atual. Segundo ele, o cálculo pelo IBGE é uma farsa. Ele pretende maquiagem os dados e modificar a metodologia de análises do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, que segue as normas recomendadas pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) das Nações Unidas.

Bolsonaro afirma que, atualmente, quem recebe Bolsa Família, quem não procura em-

prego há mais de um ano ou quem recebe seguro-desemprego são trabalhadores formais. A intenção é criar uma taxa de empregados e não de desempregados.

Em nota, o IBGE ressalta que “há 82 anos mantém um intenso diálogo com os diversos segmentos da sociedade brasileira, na busca incessante pelo aprimoramento de todas as suas pesquisas, inclusive a PNAD Contínua. O instituto sempre esteve aberto a sugestões e à disposição do governo e dos cidadãos para esclarecimentos a respeito do seu trabalho”.

Bolsonaro afirmou que IBGE produz farsas em pesquisa

Temer impede PCDs de prestarem concurso público

MICHEL Temer começa a dar as últimas cartadas de destruição do país. A da vez foi a assinatura de um decreto em que acaba com as provas adaptadas para pessoas com deficiência em concursos públicos e outros processos seletivos do governo federal.

A decisão também define que critérios de aprovação serão os mesmos das pessoas que não possuem deficiência.

O decreto fere o artigo 3º da

Constituição Federal de 1988 – que trata dos princípios da dignidade, do pluralismo, da igualdade e da não-discriminação. Viola também as diretrizes estabelecidas pela LBI (Lei Brasileira de Inclusão) e pela Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência, que ganharam status de emenda constitucional.

Contra a decisão do presidente, a PFDC (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão), do MPF (Ministério Público Federal), levou à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, representação para que ingressasse com um pedido de inconstitucionalidade do decreto no STF (Supremo Tribunal Federal).

A LBI estabelece que é finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo do trabalho.



Temer barra portador de deficiência

Lei antiterrorismo pode distorcer protestos

AS PESSOAS que praticarem atos de incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir ônibus ou qualquer bem público ou privado estão sujeitas a penas que variam entre 16 a 24 anos, de acordo com projeto de lei aprovado no Senado. Curiosamente, o relator da matéria na Casa é Aloysio Nunes (PSDB-SP). O mesmo tachado de terrorista quando pegou em armas na luta contra a ditadura militar no país.

Diversas entidades de direitos humanos apontam o projeto como “desnecessário, redundante e desproporcional”. Além de ter o potencial de agravar de modo dramático o quadro de restrição a direitos fundamentais e de censura à expressão ideológica e política em que o

Brasil já vem incorrendo.

O temor é que, de forma arbitrária, abra brechas para criminalizar manifestações de todo tipo.



Lei criminaliza as manifestações



TÁ NA REDE



Debora Diniz
@Debora_D_Diniz

Poucas profissões são tão heróicas quanto ser um professor de história de ensino médio neste momento. É ensinar a pensar, resistir sem silenciar, é provocar sem insultar. O que vigia um professor não é a lei, mas o pânico moral

Bancos lucram R\$ 44 bilhões

Itaú, Santander e Bradesco tiveram crescimento de 10,1% na lucratividade

RENATA LORENZO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O BRADESCO, Itaú e Santander lucraram, juntos, R\$ 44 bilhões nos nove primeiros meses de 2018. Nem mesmo a crise financeira vivida no Brasil atrapalha o balanço das organizações financeiras. Houve crescimento médio de 10,1% em 12 meses no lucro dos três maiores bancos privados do país. A rentabilidade variou entre 18,7% e 21,7%.

Os bancos não se importam com o emprego do bancário. Por conta do plano de demissão voluntária implementado em 2017, há déficit de 2.529 postos no Bradesco. O saldo é positivo em 4.669 no Itaú somente em função de incorporações das operações do *Citibank* no país e contratação de pessoal para a área de TI e de Seguros. Já no Santander, as 1.102 vagas se devem aos novos contratados na área de TI, que antes eram terceirizados.

Apenas com prestação de serviços e a



cobrança de tarifas, Bradesco, Itaú e Santander arrecadaram até setembro de 2018 R\$ 59,5 bilhões. O valor cobre com folga as despesas de pessoal dos bancos, inclusive o pagamento da PLR. Nos três bancos, a cobertura das despesas de pessoal pela receita de prestação de serviços e tarifas variou entre 131% e 181%.

Apesar da lucratividade bilionária, o nú-

mero de agências está muito aquém. Entre janeiro e setembro, o lucro do Itaú totalizou R\$ 19,24 bilhões, mas o banco só abriu oito unidades físicas em todo o Brasil (e mais 17 agências digitais). O banco espanhol somente 21, apesar de ter colocado R\$ 8,99 bilhões nos cofres. O Bradesco fechou 193 agências, mas arrecadou R\$ 15,734 bilhões em nove meses. A conta não bate.



Equipe de Bolsonaro pensa em fusão do Banco do Brasil com *Bank of America*. Estado de alerta

Banco do Brasil na mira de Paulo Guedes

FUNDAMENTAL para a economia e o desenvolvimento do país, o Banco do Brasil é alvo do futuro ministro da Economia do governo de Jair Bolsonaro (PSL), Paulo Guedes. Apesar de desconversar depois, o economista havia afirmado que pretende propor uma fusão da instituição com o *Bank of America*.

Segundo o *site* Poder 360, Guedes acredita que a fusão abriria a porta para o *Bank of*

America atuar no Brasil, ao passo que o BB iria para os EUA e levaria a expertise para lidar com o público latino.

A área de “*asset management*” estaria no primeiro lugar da fila para ser colocada à disposição da iniciativa privada. A operação de fusão ainda é incerta. Mas, não é novidade que a turma de Bolsonaro quer privatizar diversas estatais. Portanto, alerta máximo.

BB descomissiona de forma arbitrária

EM mais uma atitude arbitrária, o Banco do Brasil tem coagido funcionários que entraram com ação de 7ª e 8ª horas por todo país a mudar para jornada de seis horas com redução salarial. Quem não aceita, é descomissionado. Absurdo.

O Sindicato dos Bancários da Bahia já constatou que aconteceram vários casos em Itabuna, onde existe uma ação coletiva de 7ª e 8ª horas referente aos assistentes de negócio.

Para o diretor Jurídico, Fábio Ledo, a forma utilizada pelo banco não só configura um assédio moral, como também afronta o princípio constitucional do direito de ação.

Desta forma, a orientação do Sindicato da Bahia é que se for abordado, o funcionário deve solicitar a presença de uma testemunha de confiança, deixando claro que a iniciativa partiu da instituição. Ainda deve também denunciar imediatamente a ação ao SBBA para que possa tomar providências jurídicas.

Primeira vitória contra CGPAR no Congresso

Projeto quer sustação da resolução que prejudica bancários

RENATA LORENZO
imprensa@bancariosbahia.org.br



OS TRABALHADORES de estatais podem comemorar a primeira vitória no Congresso Nacional contra as medidas que atacam a sustentabilidade dos programas de saúde de autogestão. Por unanimidade, o PDC 956/2018 que pede a suspensão da resolução CGPAR nº 23 foi aprovado, ontem, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

A luta em defesa das assistên-

cias médicas dos empregados das estatais, como Caixa e Banco do Brasil, surtiu efeito. A mobilização ainda fortaleceu a união entre categorias como bancários, carteiros, eletricitários e petroleiros.

A autora do projeto, deputada Erika Kokay (PT-DF), ressaltou a importância dos planos de autogestão para a saúde no país, por serem ferramentas de controle epidemiológico. Também considera que as assistências deveriam

ter condições diferenciadas.

A aprovação do projeto na Câmara Federal é um passo importante. Agora segue para nova votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai para o Plenário da Casa e, se for aprovado, será submetido ao Senado. Caso haja nova aprovação, o PDC suspenderá os efeitos da resolução que tenta acabar com os programas de saúde dos trabalhadores.

Campeonato Society na segunda fase

DEPOIS de várias rodadas intensas, o Campeonato de Futebol Society dos Bancários começa a se definir. No domingo, acontecem os primeiros jogos da segunda rodada no campo na Asbac.

Às 08h45, o Elite enfrenta o Pressão VIP. Já às 10h30, ocorre a partida entre Dólar e Linha 8.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

ENCENAÇÃO Como relator do STF na Lava Jato, o ministro Edson Fachin enviou à segunda turma do Supremo, para votação, recursos da defesa de Lula sobre prisão em segunda instância e suspeição do juiz Sérgio Moro. Pura encenação, para dar um mínimo ar de democracia. Dificilmente o golpismo neoliberal, com pleno controle do Judiciário, permitiria agora a libertação do ex-presidente. Seria facilitar a reaglutinação das oposições, hoje totalmente divididas.

DÚVIDA Como se não bastasse a confirmação do juiz e político Sérgio Moro para o Ministério da Justiça, com plenos poderes, agora já se fala em Deltan Dallagnol para a Procuradoria Geral da República. Os dois se notabilizaram na Lava Jato por excepcionalidades e abuso de poder. Se acham predestinados. O Estado policial ganha cara e forma. Neofascismo ou teocracia?

CORRETO O PT recorreu ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para tentar impedir a posse de Sérgio Moro como ministro da Justiça. Por responder a processos disciplinares, o juiz da Lava Jato não tem direito a se licenciar da magistratura e como magistrado não pode participar do governo Bolsonaro. Evidentemente, não vai dar em nada. Mas serve para colocar mais uma arbitrariedade na conta do Judiciário. A história registra.

EVIDENTE O cientista político Ricardo Lessa, professor da UFF (Universidade Federal Fluminense), diz que Bolsonaro deve colocar em ação uma polícia política, como é comum nos regimes autoritários. Isso com certeza. Até porque, para impor medidas tão antipopulares como as já anunciadas, ele vai se esconder no Estado policial, com brutal esquema de repressão. A violência neofascista já começou antes mesmo da posse.

HIPOCRISIA Agora que “Inês é morta”, como diz o ditado popular, figuras que sempre flertaram com o fascismo e apoiaram o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 querem se limpar da sujeira que praticaram contra a democracia. Um exemplo clássico é Miriam Leitão, da Rede Globo, que tem a hipocrisia de criticar Bolsonaro pela submissão aos Estados Unidos. Não engana ninguém.



Projeto que suspende a resolução CGPAR 23 agora vai para a CCJ

Novos vice-presidentes da Caixa não são funcionários

COM uma visão que reforça a cultura de privatização que assombra as instituições públicas, a Caixa acaba de anunciar a nomeação de quatro novos vice-presidentes, sendo que dois não são funcionários do banco.

Os novos vice-presidentes serão responsáveis pelas áreas de Governo, Corporativo, Habitação e Fundos de Governo e Loterias. Os dois que não são empregados assumirão as duas primeiras áreas, e vêm do mercado, seguindo a alteração

ocorrida no estatuto do banco neste ano.

O novo responsável pelo Governo é o economista João Carlos Gonçalves da Silva, trabalhou no Banco Fator e foi assessor técnico em privatizações como no caso da Cedae, no Rio de Janeiro. Quem assume a vice-presidência do Corporativo é o economista João Eduardo de Assis Pacheco que, entre outras instituições, atuou no Santander, Safra e Mercantil de Investimentos.